

PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA EM SÃO BORJA

ALESSANDRO ALMEIDA¹; FERNANDA MATTOS DE LIMA VALENÇA²; DAVIDE CARBONAI³

¹ Universidade Federal do Pampa – almeida.alessandro41@gmail.com

² Universidade Federal do Pampa – fernandasottam@hotmail.com

³ Universidade Federal do Pampa - davidecarbonai@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa *Cultura Política em São Borja* e financiado pelo Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) da Universidade Federal do Pampa, em 2013. A partir de uma coleta de dados por questionário, conforme a típica abordagem de *survey analysis*, a pesquisa teve por principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política em São Borja, buscando oferecer um quadro pormenorizado da participação política, em relação de vários grupos sociais, identificáveis a partir das variáveis incluídas no questionário.

A partir dessas considerações e de qualquer forma dos estudos pioneiros de cultura política – entre os vários Almond e Verba (1963), mas também Power e Gonzalez (2003), Santos e Rocha (2011), Borba (2012) – que foi levado em consideração a oportunidade de um estudo da cultura política local. A pesquisa teve por principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política em São Borja, considerado também a escassez de pesquisas sobre o assunto.

Baquero e Prá, (2007, p. 38) sugerem que é importante validar o processo de construção histórica do Pampa e do Rio Grande do Sul, buscando assim compreender valores, normas e atitudes que trouxeram os padrões da cultura política; assim que seria possível inferir que:

[...] a estrutura de poder montada em função da militarização da sociedade rio-grandense, bem como a identificação do estancieiro como representante típico do gaúcho do «Pampa» brasileiro, contribuíram para o surgimento de uma sociedade excludente. Sociedade na qual os espaços de participação política, social e econômica, disponíveis aos diferentes segmentos sociais, se mostravam sempre bastante limitados.

Além da influência destes aspectos históricos sobre o comportamento político dos gaúchos, assim como os da fronteira oeste do estado, é necessário avaliar o impacto também do coronelismo, que traria repercussões em todo eleitorado brasileiro. Leal (1978) trata sobre o assunto; para ele, a natureza clientelística do processo firmaria uma relação subjetiva-emocional entre o eleitor e coronel. Dessa forma, o personalismo teria se institucionalizado em detrimento da cultura de confiança e aceitação dos partidos políticos.

2. METODOLOGIA

Trata-se, então, de uma análise exploratória de um banco de dados, 276 entrevistados, o que retorna, com um nível de confiança P de 95%, um intervalo de confiança de ± 5.9 . De qualquer forma, o tipo de amostragem permite uma análise detalhada das relações entre participação e grupo social, cultura política e

gênero, faixas etárias, nível de instrução, comportamento de voto, atitudes religiosas.

Entre as várias ferramentas de análise, principalmente associações entre variáveis categóricas, é aqui utilizado um índice de participação política, chamado de «civicness», a fim de representar a atitude cívica dos entrevistados; o índice é construído a partir do fato que os cidadãos atenderem ou não alguns requisitos: quanto mais requisitos foram atendidos, quanto maior o índice.

No que diz respeito ao perfil da amostra, obtida por meio de um processo de tipo probabilístico, tem-se 50,4% homens e 49,6% mulheres, todos com 16 ou mais anos de idade (se excluiu os menores de 16 anos porque não aptos ao voto). A amostragem foi realizada em nove bairros, todos na área urbana de São Borja, em concordância também à classificação exposta pelo IBGE, com distribuição equitativa da amostra.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De uma maneira geral, observam-se alguns elementos críticos já pelo que refere à confiança institucional (tabela 1). Neste caso, considerada a soma dos que respondem «muita» ou «razoável confiança», é somente no caso do Governo federal que se atinge uma percentagem acima de 50 por cento. Em breve, a maioria dos entrevistados confia pouco ou pouquíssimo nas instituições políticas e sociais listadas (tabela 1). Entre os vários itens, só 30,8% os que confiam na classe política de local.

Em linha com esses dados, o 44% dos entrevistados abriria mão do voto se o voto não fosse obrigatório. Eis, então, que «na hora de votar para vereador» [P. 22] 77,8% dos entrevistados escolhem seu candidato em relação da «pessoa», sem tomar em conta a afiliação política (11,3%); o restante «não sabe/não faz diferença».

Tabela 1. A Confiança institucional em São Borja:

Porcentagem de quem responde «muita confiança» ou «razoável confiança» [P.8. Por favor, para cada um dos grupos ou instituições na lista seguinte, que agora vou mencionar, poder-me-ia dizer quanta confiança você tem? Se for 1. Muita; 2. Razoável; 3. Pouca; 4. Nenhuma]

N=274	Tipo de instituição	Porcentagem
P.8.a.	O governo Federal	55,5%
P.8.b.	O Congresso Nacional	25,5%
P.8.c.	A Câmara dos Vereadores (São Borja)	42,2%
P.8.d.	Os partidos locais	34,4%
P.8.e.	Os partidos nacionais	28,3%
P.8.f.	Os sindicatos	47,9%
P.8.g.	A classe política de São Borja	30,8%

O «problema» da confiança pode ser resumidamente compreendido em outra simples análise descritiva. Na pergunta treze do questionário, «considerada a sua experiência no dia-a-dia, pelo que refere a pessoas que não conhece pessoalmente», entre três possíveis opções de respostas, só uma mínima parte da amostra dos entrevistados (5,5%) acha «bom confiar nos outros», enquanto 77,7% «presta muita atenção antes de confiar nos outros» e 16,8% «nunca confia nos outros» (tabela 2).

Tabela 2 – A confiança interpessoal em São Borja

	N=274	Porcentagem	Porcentagem cumulada
É bom [confiar nos outros]		5,5%	5,5
É bom prestar muita atenção antes de [...]		77,7%	83,2%
É bom nunca [...]		16,8%	100%

Torna-se importante destacar que a confiança está distribuída de forma homogênea entre gêneros, níveis educacionais, classes sociais, posição ocupacional. Na tabela 3 apresentam-se alguns teste de significância e três medidas de associação com a variável categórica apresentada na tabela 2. Especificamente, não encontramos uma associação significativa.

Além destas variáveis categóricas, a partir de um conjunto de perguntas com duas possibilidades de resposta – ou seja, se o respondente «atende» ou «não atende» uma característica esperada – foi criado um índice de atitude cívica dos respondentes (também chamando de «índice de civicness»). Não foi dada maior ou menor importância a nenhuma das variáveis (no total, sete variáveis dicotômicas), até porque não nos pareceu possível determinar o que é mais ou menos relevante à democracia: participar da atividade de uma associação ou ser afiliado a um partido. Dessa forma, todas as variáveis tiveram o mesmo peso (tabela 4). O cidadão que participa plenamente seria aquele que somasse sete pontos, e os mais próximos de zero seriam aqueles que não têm o menor interesse pela participação política e cidadã (MARTINS JUNIOR; DANTAS, 2004).

Tabela 4 – Participação social

[P.27: Geralmente, você participa de reuniões e atividades de alguma organização ou movimento coletivo?].

	Sim (%)
Partido político	13,6%
Associação de bairro	12,4%
Centro trad.(CTG, PTG,etc.)	14,6%
Associação animalista	2,6%
Sindicato	13,5%
Orçamento participativo	18,2%
Outras associações	16,4%

Como observado, o índice varia de um mínimo de zero até um máximo teórico de sete (no caso que o respondente atende todos os itens). Todavia, 52,7% dos entrevistados não atendem nenhum dos itens incluídos no índice (pontuação zero no índice). Só o 5,7% da população atende a quatro ou mais requisitos. O valor médio do índice é 0,92.

4. CONCLUSÕES

O texto traz alguns dados sobre a cultura e a participação política em São Borja; resumidamente, à baixa confiança interpessoal e institucional, acompanha-se uma débil participação política e social, como mostrado pelos valores do índice de civicness. A partir desses dados, então, a democracia funciona?

Em linha teórica, uma comunidade dotada de capital social, permite ao governo local dispor de uma densa rede de atores sociais, organizados, que por sua vez, participam do processo de criação, implantação e avaliação de políticas públicas, especialmente pelo que refere ao nível municipal da gestão pública: é a assim chamada «governança local» – ou «governance» – também para contrapor esse tipo de processo decisório ao processo típico do «government», aonde o governo local decide unilateralmente as políticas públicas, de forma própria e independente dos atores sociais (SECCHI, 2009).

Nesse último modelo, os eleitores escolhem o governo, por meio do voto, que exercita o poder. Todavia, em São Borja, considerado também que quase a metade dos entrevistados abririam mão do voto se não fosse obrigatório, com as eleições, a vida das pessoas [P. 17.] «piora» em 5,7% dos casos, «não muda» 63,6%, «melhora» no restante 30,7% dos entrevistados. Afinal, além da participação política e da confiança institucional e interpessoal – características próprias do modelo de governança – também o modelo de government encontraria alguns limites.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press. 1963.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Soc. estado. vol.27, n.2, 2012, p. 263-288.
- LEAL, Victor Nunes.. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. **O índice de participação e a importância da educação**. Opin. Publica, Campinas , v. 10, n. 2, 2004, p. 268-287.
- POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. **Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial**. Rev. Sociol. Polit. n.21, 2003, p. 51-69.
- SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2009, p. 347-369.